

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2023**

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME:

CPF:

**NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 01 – ARQUITETO**

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Dia da Consciência Negra: desigualdade, resistência e muita luta

Hoje, 20 de novembro, é Dia da Consciência Negra. A data é utilizada para reforçarmos toda a luta da população negra para garantir seu espaço na sociedade, que tem sido conquistado em meio a tantas desigualdades. O dia faz menção à morte de Zumbi dos Palmares, que morreu em luta pela liberdade do povo negro. Nesse cenário, uma notícia positiva: por unanimidade, o Senado Federal aprovou na última quinta-feira (18) Projeto de Lei que tipifica a injúria racial como racismo. A proposta, que segue para análise da Câmara dos Deputados, alinha a legislação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em julgamento, já decidiu dessa forma.

Em Sergipe, dados da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria da Segurança Pública apontam que entre os meses de janeiro a outubro deste ano foram registrados 161 casos de injúria racial e 33 situações relacionadas ao racismo. Os números revelam que as denúncias estão ocorrendo, mas também sabemos que nem todo negro que sofre racismo ou injúria racial procura seus direitos. Não podemos normalizar a discriminação, nem levar na brincadeira e nem minimizar o sofrimento de quem sente o preconceito diário simplesmente pelo tom da pele. A exclusão racial entristece, revolta e traumatiza, mas também pode encorajar e motivar para novas lutas e futuras conquistas.

O Brasil tem a maior população negra fora da África e a superação da desigualdade tornou-se uma exigência moral. A consciência antirracista vem se consolidando, de maneira lenta, mas estamos no caminho. Foram quase quatro séculos caçando, vendendo e comprando seres humanos, por isso é tão relevante praticar uma frase há tempos anunciada pelo movimento negro: “Nossos passos vêm de longe”. Entender a nossa ancestralidade como ponto de partida para os avanços que hoje presenciamos é necessário para dar seguimento à luta. É inaceitável a naturalização da violência social, marcada pela estigmatização da pessoa negra e pela imposição de características negativas e de subalternidade. Se todas as vidas importassem, nós não precisaríamos proclamar enfaticamente que a vida dos negros importa.

Quando eu era criança, queria muito ver na televisão super-heróis negros e hoje compreendo a importância da representatividade, da ocupação de espaços, da necessidade que temos em nos reconhecer nos lugares aonde chegamos. Precisamos quebrar paradigmas e questionar o sistema todos os dias, pois enquanto houver racismo não haverá democracia. É necessário reconhecer que o racismo existe na sociedade atual e que não se manifesta somente por meio de atos isolados e da discriminação direta.

Temos que dar protagonismo aos intelectuais negros que estudam o tema, além de fomentar o ingresso e a permanência de pessoas negras nas instituições e no cenário político, aumentando sua representatividade e diversidade. Nós negros não recuaremos nas conquistas que foram alcançadas ao longo da história, por isso estamos sempre preparados para resistir e lutar contra todo tipo de discriminação. Precisamos romper as barreiras da desigualdade e do silenciamento negro. A jornada é longa e árdua, mas terá valido a pena.

(<https://sinpolsergipe.org.br/nossa-opiniao-dia-da-consciencia-negra-de-siguldade-resistencia-e-muita-luta-por-adriano-bandeira/> Acesso em 23/11/2023)

01. Segundo o texto, entende-se que:

- a) o racismo ainda persiste e o combate a ele se faz necessário para o pertencimento social da raça negra.
- b) a luta contra atos preconceituosos foram atenuados com o Dia da Consciência Negra no Brasil.
- c) Há muita discussão para enfrentar comportamentos discriminatórios que vêm arrefecendo ao longo dos séculos.
- d) a resiliência negra aponta resquícios de uma sociedade intolerante que busca a empatia constante.
- e) os obstáculos encontrados pela população negra no Brasil foram se apaziguando devido ao protagonismo negro recente.

02. Nos fragmentos: “... e pela imposição de características negativas e de subalternidade.” e “Precisamos quebrar paradigmas”, os termos destacados permanecem com o mesmo sentido ao serem substituídos, respectivamente, por:

- a) independência e padrões
- b) restrição e preconceitos
- c) imposição e progressos
- d) soberania e empecilhos
- e) inferioridade e protótipos

03. No trecho: “.... para garantir seu espaço na sociedade, que tem sido conquistado em meio a tantas desigualdades.”, a oração em destaque possui semanticamente o valor de:

- a) conclusão
- b) condição
- c) explicação
- d) causa
- e) consequência

04. No período: “nós não precisaríamos proclamar enfaticamente que a vida dos negros importa.”, o elemento sublinhado é morfológicamente semelhante ao da alternativa:

- a) “avanços que hoje presenciamos”
- b) “aos intelectuais negros que estudam”
- c) “nas conquistas que foram alcançadas”
- d) “reconhecer que o racismo existe”
- e) “da necessidade que temos”

05. No fragmento: “A proposta, que segue para análise da Câmara dos Deputados, alinha a legislação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal” o emprego das vírgulas, de acordo com a norma culta, justifica-se por isolar:

- a) a oração adverbial deslocada
- b) o adjunto adverbial deslocado
- c) o aposto explicativo
- d) a oração adjetiva explicativa
- e) a oração intercalada

06. Nos trechos: “A consciência antirracista” e “ver na televisão super-heróis negros”, tem-se a ortografia correta dos vocábulos grifados, o que ocorre também na alternativa:

- a) semi-árido e extraordinário
- b) autoexpressão e inter-relação
- c) autossustentável e sub-alimentação
- d) sub-rogação e arquiinimigo
- e) hiperraioso e ultrasensível

07. No fragmento: “nos lugares aonde chegamos”, a regência do verbo destacado respeita a norma culta como também acontece em:

- a) ‘as cenas a que assistimos’
- b) ‘as leis as quais obedecemos’
- c) ‘os desafios a que enfrentamos’
- d) ‘os preconceitos dos quais nos opomos’
- e) ‘as causas’ pelas quais simpatizamos’

08. No enunciado: “O Brasil tem a maior população negra fora da África...”, o elemento sublinhado pertence a uma classe gramatical diferente do termo destacado em:

- a) “reforçamos toda a luta da população negra”
- b) “tem sido conquistado em meio a tantas desigualdades.”
- c) “Não podemos normalizar a discriminação”
- d) “hoje compreendo a importância da representatividade”
- e) “a superação da desigualdade tornou-se uma exigência moral.”

09. Analise os trechos a seguir quanto aos aspectos morfossintáticos e assinale a alternativa não condizente.

- a) “O dia faz menção à morte de Zumbi dos Palmares” – complemento nominal
- b) “É inaceitável a naturalização da violência social” – predicativo do sujeito
- c) “Entender a nossa ancestralidade” – adjunto adnominal
- d) “tipifica a injúria racial como racismo” – objeto direto
- e) “que foram alcançadas ao longo da história” - objeto indireto

10. A função sintática do segmento destacado no trecho: “Os números revelam que as denúncias estão ocorrendo”, repete-se em:

- a) “é necessário para dar seguimento à luta.”
- b) “e lutar contra todo tipo de discriminação.”
- c) “aumentando sua representatividade e diversidade.”
- d) “que não se manifesta somente por meio de atos isolados”.
- e) “o racismo existe na sociedade atual”.

11. Assinale a alternativa cujo vocábulo em destaque sofreu, no contexto, uma transição de classe gramatical.

- a) “A jornada é longa e árdua”.
- b) “a permanência de pessoas negras”
- c) “por isso estamos sempre preparados”
- d) “dar protagonismo aos intelectuais negros”.
- e) “para garantir seu espaço na sociedade”.

12. Indique a alternativa correta quanto ao emprego dos pronomes ao substituir os termos destacados.

- a) “e comprando seres humanos” (e os comprando)
- b) “romper as barreiras da desigualdade” (rompê-la)
- c) “questionar o sistema todos os dias” (questionar-lhe todos os dias)
- d) “não haverá democracia” (não havê-la-á)
- e) “O Brasil tem a maior população negra”. (O Brasil tem-na)

13. No trecho: “Os números revelam que as denúncias estão ocorrendo, mas também sabemos que nem todo negro que sofre racismo...”, o conectivo sublinhado expressa uma relação de:

- a) hipótese
- b) proporção
- c) adição
- d) oposição
- e) conformidade

14. Marque a alternativa em que a norma da concordância verbal foi respeitada.

- a) A luta dos negros, na sociedade contemporânea e democrática, ainda persiste contra atos racistas.
- b) Movimentos antirracistas, no Brasi e no mundo, discute ações efetivas e leis mais rigorosas para combater o preconceito.
- c) É preciso que todos os brasileiros procure defenderem o princípio da igualdade e da diversidade.
- d) Urgem que a resistência negra e a luta contra qualquer tipo de discriminação sejam discutidas pela sociedade.
- e) A representatividade negra na política nacional, em todas as esferas, reforçam políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

15. O verbo destacado no fragmento “A data é utilizada” classifica-se como:

- a) regular
- b) irregular
- c) defectivo
- d) abundante
- e) anômalo

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. De acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, o parcelamento do solo urbano pode se dá através de loteamento ou desmembramento, observadas as disposições da própria lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes. Todavia, a referida lei já define algumas hipóteses em que o parcelamento do solo urbano resta proibido, são elas, exceto:

- a) Parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.

- b) Parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a vinte por cento, ainda que atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- c) Parcelamento do solo em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação.
- d) Parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
- e) Parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.

17. A Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, define requisitos urbanísticos mínimos para loteamentos. Sobre o assunto, julgue as proposições com V para verdadeira e F para falsa:

- () Os lotes deverão ter área mínima de cento e oitenta metros quadrados e frente mínima de seis metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- () Ao longo da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, vinte metros de cada lado.
- () Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, dez metros de cada lado poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de quatro metros de cada lado.
- () A legislação federal definirá, para cada zona em que se divida o território dos Municípios, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.
- () No caso de lotes integrantes de condomínio de lotes, restarão vedadas as instituições de limitações administrativas e direitos reais sobre coisa alheia em benefício do poder público, da população em geral e da proteção da paisagem urbana, tais como servidões de passagem, usufrutos e restrições à construção de muros.

Assinale a alternativa que indique corretamente a sequência de respostas:

- a) F, F, F, F, F.
- b) V, F, F, V, F.
- c) V, V, F, F, F.
- d) F, F, V, F, V.
- e) V, F, F, F, F.

18. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 182, define normas constitucionais de política urbana que irradiam para todo o ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo, entre outros aspectos, a necessidade de atendimento da função social da propriedade urbana. Já a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que integra o Estatuto da Cidade, define ferramentas para que o poder público exija do proprietário de imóveis urbanos o alcance da função social da propriedade. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

- I. Os critérios mínimos de aproveitamento para que o imóvel seja considerado subutilizado são definidos no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- II. O Município poderá, mediante lei, determinar o parcelamento, a edificação, ou a utilização compulsórios do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- III. Após devidamente notificado, o proprietário terá prazo para protocolar o respectivo projeto no órgão municipal competente, não podendo o prazo assinalado ser inferior a dois anos.
- IV. Após a aprovação do projeto, o proprietário terá a concessão de novo prazo para início das obras do empreendimento, não podendo o prazo assinalado ser inferior a dois anos.
- V. Caso haja a transmissão do imóvel após a notificação para o cumprimento da obrigação imposta pelo Poder Executivo Municipal, haverá a transferência das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização impostas, sem interrupção de quaisquer prazos, seja a transmissão do imóvel por ato inter vivos ou casa mortis.

São incorretos os itens:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III, apenas.
- d) IV, apenas.
- e) III, IV e V, apenas.

19. Ainda sobre a função social da propriedade urbana e o IPTU progressivo, à luz da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que integra o Estatuto da Cidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Município poderá aplicar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
- b) O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica que determinar o parcelamento, a edificação, ou a utilização compulsórios do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado e não poderá exceder a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.
- c) Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança

pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, respeitado o prazo máximo de dez anos.

- d) É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação do IPTU progressivo.
- e) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

20. Acerca do processo evolutivo de planejamentos urbanos, analise os itens a seguir:

- I. A Carta de Atenas, elaborada durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado na cidade de Atenas no ano de 1933, foi um grande marco para o urbanismo moderno, dendendo a separação da cidade em áreas distintas: áreas residenciais, de recreação e de trabalho, correspondentes a funções primordiais da cidade: residir, trabalhar, recrear, além de circular.
- II. A Carta do Planejamento Territorial, elaborada em 1952, na cidade de La Tourrette, França, em reunião do Grupo Economia e Humanismo, destacou a importância de que o planejamento deveria ser tratado como um processo, incluindo a preocupação com a participação popular.
- III. A Carta dos Andes, elaborada durante o Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano, em 1958, em Bogotá, na Colômbia, se destaca por pensar no lazer como a quinta função da cidade, havendo a preocupação de integrá-la com o meio ambiente.
- IV. O Plano Piloto para Brasília mantém zonas urbanas bem definidas e separadas entre edifícios públicos, setor residencial, bancário, hoteleiro, etc., demonstrando influência da Carta de Atenas.
- V. Entre os avanços da Constituição de 1988 na seara da política urbana está a inclusão da população como responsável pela condução do planejamento das ações no município.

São corretos os itens:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) II, III e V, apenas.
- c) I, II, III e V, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

21. “Etapa destinada à concepção e à representação das informações técnicas iniciais de detalhamento do projeto arquitetônico da edificação, ou dos espaços urbanos e de seus elementos, instalações e componentes, a ser realizada por profissional habilitado.” Trata-se da definição de:

- a) Anteprojeto arquitetônico
- b) Anteprojeto complementares
- c) Análise de projeto
- d) Avaliação de riscos ambientais
- e) Consulta prévia oficial

22. De acordo com o que estabelece a ABNT NBR 16636-1:2017, o estudo de viabilidade arquitetônica (EV-ARQ) corresponde à(ao):

- a) Etapa destinada à elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção da edificação e de seus elementos, instalações e componentes.
- b) Etapa destinada à elaboração de análise e avaliações para seleção e recomendação de alternativas para a concepção arquitetônica ou urbanística e de seus respectivos elementos, instalações e componentes.
- c) Análise técnica e econômico-financeira de um empreendimento para fins de subsidiar planos, estudos e projetos da mesma natureza.
- d) Etapa destinada ao dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto da edificação ou dos espaços livres públicos e privados a ser realizada por profissional habilitado.
- e) Etapa destinada ao dimensionamento preliminar dos conceitos do projeto da edificação ou dos espaços anexos, a ser realizada por profissional habilitado.

23. Na fase de preparação de um projeto arquitetônico de edificações estão incluídas as seguintes etapas:

- I. Estudo de viabilidade do empreendimento (EVE)
- II. Programa geral de necessidades (PGN)
- III. Levantamento de informações preliminares (LV- PRE)
- IV. Levantamento das informações técnicas específicas (LVIT-ARQ) a serem fornecidas pelo empreendedor ou contratadas no projeto.

De acordo com o que estabelece a ABNT NBR 16636-2:2017, a sequência indicada para a realização dessas etapas é:

- a) I, II, III, IV.
- b) III, II, IV, I.
- c) IV, II, I, III.
- d) II, IV, III, I.
- e) III, II, I, IV.

24. No Estudo preliminar arquitetônico (EP-ARQ), são documentos técnicos opcionais a serem apresentados, exceto:

- a) Memorial justificativo
- b) Maquetes construídas do exterior
- c) Cortes longitudinais para ambientes internos
- d) Perspectivas gerais
- e) Fotografias

25. A NBR 6492 fixa as condições exigíveis para representação gráfica de projetos de arquitetura, visando à sua boa compreensão. De acordo com o que estabelece essa norma técnica, não é uma informação de presença obrigatória na legenda:

- a) Identificação da empresa e do profissional responsável pelo projeto.
- b) Autoria do desenho e do projeto.
- c) Indicação de revisão.
- d) Título do desenho.
- e) Convenções gráficas.

26. A NBR 6492 estabelece que nos desenhos a mão livre e nos desenhos por instrumento poderão ser utilizados tanto lápis, quanto tinta, fazendo recomendações para um ou para outro de acordo com o tipo de papel. Diante disso, assinale a alternativa que faz a correlação adequada:

- a) Mina plástica – papéis cronaflex, schoeller e poliéster.
- b) Hidrográfica – papéis manteiga, vegetal e poliéster.
- c) Mina de grafite – papéis manteiga, cronaflex, albanene, poliéster, schoeller, sulfite grosso.
- d) Nanquim – papéis manteiga, vegetal, poliéster, cronaflex e schoeller.
- e) Lápis – papéis manteiga, vegetal, poliéster, canson, cronaflex e Schoeller.

27. Na representação gráfica do projeto, as linhas de cotas devem ser:

- a) Contínuas, firmes, definidas e com espessura igual ou inferior à linha de eixo ou coordenadas ($\pm 0,2\text{mm}$).
- b) Contínuas, com traço o mais leve possível ($\pm 0,1\text{mm}$).
- c) Tracejadas, com mesmo valor que as linhas de eixo ($\pm 0,2\text{mm}$).
- d) Traço e dois pontos, devendo ter o mesmo valor que as linhas de contorno ($\pm 0,2\text{mm}$).
- e) Traço e ponto, firmes, com traços longos, definidas e com espessura inferior às linhas internas ($\pm 0,2\text{mm}$).

28. Existem diversas regras que devem ser observadas para desenhos técnicos. Uma dessas regras é a NBR 8403 que fixa os tipos e escalonamento de larguras de linhas. De acordo com essa norma, as canetas devem ser identificadas com cores de acordo com as larguras das linhas. Assim, assinale a alternativa que indica a associação correta entre a cor e a espessura da linha:

- a) Vermelha – 0,25mm
- b) Amarela – 0,35mm
- c) Lilás – 0,18mm
- d) Azul – 1,00mm
- e) Cinza – 1,40mm

29. A NBR 6492 define a forma de representação dos materiais mais utilizados. Nesse sentido, a representação abaixo corresponde a:



- a) Mármore/granito em vista
- b) Madeira em corte
- c) Compensado de madeira
- d) Aço em corte
- e) Mármore/granito em corte

30. No AutoCAD, para alternar as coordenadas, deve-se utilizar o atalho:

- a) Ctrl+Shift+H
- b) Ctrl+F

- c) Ctrl+C
- d) Ctrl+I
- e) Ctrl+Shift+I

31. No AutoCAD, o comando Ctrl+Shift+Tab executa a seguinte função:

- a) Migrar para o desenho anterior
- b) Salvar desenho como
- c) Migrar para a guia anterior no desenho atual
- d) Caixa de diálogo Plotar
- e) Migrar para o próximo

32. No AutoCAD, a função BOUNDARY:

- a) Cria uma região ou uma polilinha de uma área delimitada.
- b) Quebra o objeto selecionado entre dois pontos.
- c) Salva a definição de bloco atual.
- d) Muda o conteúdo do texto de um atributo em um bloco.
- e) Controla as propriedades de objetos existentes.

33. No AutoCAD, a tecla F11 serve para:

- a) Alternar modo polar
- b) Alternar modo de entrada dinâmica
- c) Alternar modo ortogonal
- d) Alternar rastreamento de snap do objeto
- e) Alternar modo de snap do objeto

34. De acordo com a Lei de licitações, (Lei 14.133/2021), o projeto básico é o “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”. O projeto básico deverá conter os seguintes elementos, exceto:

- a) Identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.
- b) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.
- c) Levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida.

- d) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos.
- e) Estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência.

35. Sobre as licitações de obras é incorreto afirmar:

- a) Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.
- b) Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, não é admitido o regime de empreitada por preço unitário.
- c) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- d) Os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras poderão, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração Pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
- e) Salvo exceções legais, o pregão não se aplica às contratações de serviços de obras e de engenharia.

36. As licitações de obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a, exceto:

- a) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.
- b) Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.
- c) Utilização de produtos, de equipamentos e de serviços mais eficientes, mesmo sem que haja comprovação de que favorecem a redução do consumo de energia e de recursos naturais.
- d) Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental.

37. A Topografia se propõe a estudar e desenvolver métodos e instrumentos voltados para a coleta e processamento de dados do terreno. Esses dados são posteriormente utilizados na elaboração de representações cartográficas que refletem de maneira gráfica a realidade física de determinada área. Reconhecida, pois, a sua importância para a arquitetura e urbanismo. A NBR 13133 fixa as condições exigíveis para a execução de levantamento topográfico. Nesse contexto, associe corretamente os tipos de nivelamento com suas respectivas definições:

- a. Nivelamento geométrico
 - b. Nivelamento taqueométrico
 - c. Nivelamento trigonométrico
- I. Nivelamento que realiza a medição da diferença de nível entre pontos do terreno, indiretamente, a partir da determinação do ângulo vertical da direção que os une e da distância entre estes, fundamentando-se na relação entre o ângulo e a distância medidos, levando em consideração a altura do centro do limbo vertical do teodolito ao terreno e a altura sobre o terreno do sinal visado.
 - II. Nivelamento que realiza a medida da diferença de nível entre pontos do terreno por intermédio de leituras correspondentes a visadas horizontais, obtidas com um nível, em miras colocadas verticalmente nos referidos pontos.
 - III. Nivelamento trigonométrico em que as distâncias são obtidas taqueometricamente e a altura do sinal visado é obtida pela visada do fio médio do retículo da luneta do teodolito sobre uma mira colocada verticalmente no ponto cuja diferença de nível em relação à estação do teodolito é objeto de determinação.

Assinale a alternativa que indique a sequência correta de associações:

- a) a – I; b – II; c – III.
- b) a – II; b – I; c – III.
- c) a – II; b – III; c – I.
- d) a – III; b – II; c – I.
- e) a – III; b – I; c – II.

TEXTO: A Resolução nº 52, de 6 de setembro de 2013, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho do CAU/BR, que desempenha duas funções deontológicas distintas. A primeira, de natureza primordial, é a função educacional preventiva, cujo propósito consiste em disseminar informações públicas acerca da dignidade da Arquitetura e Urbanismo, bem como esclarecer os deveres inerentes aos profissionais dessa área. A segunda função, subordinada à anterior, é a coercitiva, incumbida de admoestar e reprimir eventuais transgressões procedimentais cometidas por aqueles que estão sujeitos aos princípios éticos e disciplinares da profissão.

A partir do texto acima, responda as questões a seguir:

38. Dentre as obrigações gerais a que os arquitetos e urbanistas estão submetidos, as alternativas abaixo indicam as regras que eles devem seguir, exceto uma. Assinale-a:

- a) Responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, ou sociedades profissionais que estiverem sob sua administração ou direção, e assegurar que atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas.
- b) Defender sua opinião, em qualquer campo da atuação profissional, fundamentando-a na observância do princípio da melhor qualidade, e rejeitando injunções, coerções, imposições, exigências ou pressões contrárias às suas convicções profissionais que possam comprometer os valores técnicos, éticos e a qualidade estética do seu trabalho.
- c) Considerar-se impedido de assumir responsabilidades profissionais que extrapolem os limites de suas atribuições, habilidades e competências, em seus respectivos campos de atuação.
- d) Ter consciência do caráter essencial de sua atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade da qual faz parte.
- e) O arquiteto e urbanista deve exercer, manter e defender a autonomia própria da profissão liberal, orientando suas decisões profissionais pela prevalência das suas considerações artísticas, técnicas e científicas sobre quaisquer outras.

39. São regras que obrigam o arquiteto e urbanista no tocante à sua relação com o contratante, exceto:

- a) Assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.
- b) Declarar-se impedido de assumir a autoria de trabalho que não tenha realizado, bem como de representar ou ser representado por outrem de modo falso ou enganoso.
- c) Recusar-se a receber honorários, pagamentos, ou vantagens de duas partes de um mesmo contrato vigente.
- d) Manter sigilo sobre os negócios confidenciais de seus contratantes, relativos à prestação de serviços profissionais contratados, ainda que tenha consentimento prévio formal do contratante para quebrá-lo ou mandado de autoridade judicial.
- e) Discriminar, nas propostas para contratação de seus serviços profissionais, as informações e especificações necessárias sobre sua natureza e extensão, de maneira a informar corretamente os contratantes sobre o objeto do serviço, resguardando-os contra estimativas de honorários inadequadas.

40. Assinale a única alternativa que indica um princípio que deve orientar a conduta do arquiteto e urbanista perante suas obrigações para com o interesse público:

- a) O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público e respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional, considerando as consequências de suas atividades segundo os princípios de sustentabilidade socioambiental e contribuindo para a boa qualidade das cidades, das edificações e sua inserção harmoniosa na circunvizinhança, e do ordenamento territorial, em respeito às paisagens naturais, rurais e urbanas.
- b) O arquiteto e urbanista proprietário ou representante de qualquer marca ou empresa de material de construção, componente, equipamento ou patente que venha a ter aplicação em determinada obra, não poderá prestar, em virtude desta qualidade, serviços de Arquitetura e Urbanismo a título gratuito ou manifestamente sub-remunerados.
- c) O arquiteto e urbanista deve contribuir para ações de interesse geral no domínio da Arquitetura e Urbanismo, participando na discussão pública de problemas relevantes nesse âmbito.
- d) O arquiteto e urbanista que desempenhar atividades nos órgãos técnicos dos poderes públicos deve restringir suas decisões e pareceres ao cumprimento das leis e regulamentos em vigor, com isenção e em tempo útil, não podendo, nos processos em que atue como agente público, ser parte em qualquer um deles, nem exercer sua influência para favorecer ou indicar terceiros a fim de dirimir eventuais impasses nos respectivos processos, tampouco prestar a colegas informações privilegiadas, que detém em razão de seu cargo.
- e) O arquiteto e urbanista deve favorecer a integração social estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitetônico e urbanístico e no processo decisório sobre a cidade, em tudo o que diz respeito ao ambiente, ao urbanismo e à edificação.

